

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2010

Senhores Acionistas,

Atendendo as disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL submete à apreciação dos Senhores o Relatório das principais atividades referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acrescidas do Balanço Social, Demonstração do Valor Adicionado – DVA e Demonstração do Fluxo de Caixa, com os devidos pareceres dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e de Administração, dos quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da nossa Empresa para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

CARTA DO PRESIDENTE

A Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, patrimônio de todos os campolarguenses, não cessa sua busca incansável na geração de empregos para nosso município, bem como para o melhor atendimento aos consumidores rurais, residenciais, comerciais e industriais.

A agência regulatória do setor elétrico tem a cada revisão tarifária, modificado o campo de entendimento sobre a lucratividade das distribuidoras.

Diante deste novo entendimento, a COCEL não pode deixar de se aperfeiçoar diariamente, pois o mercado obriga a modernização, o aprimoramento para manter-se em condições de igualdade com as demais empresas do setor.

O quadro de colaboradores da empresa possui uma visão adequada, realista, alavancando o crescimento e desenvolvimento, com o conhecimento de que não existem subsídios ou benefícios por tratar-se de uma empresa de economia mista.

A transparência na administração e em todos os setores da empresa continuam sendo um dos princípios basilares da diretoria.

O ano que se passou foi crivado de dificuldades em virtude das condições climáticas, porém, a COCEL mais uma vez atingiu os objetivos tratados.

Os investimentos em obras de ampliação, melhoria e reforço de rede de distribuição neste ano de 2010 atingiu o valor de R\$ 4,5 milhões. Outros investimentos somaram R\$ 1,3 milhões, entre veículos e outros bens.

A COCEL no ano de 2009 conquistou novos consumidores que eram atendidos por outras empresas do setor elétrico, em especial citam-se a FIAT e a PORCELANA SCHMIDT S.A demonstrando competitividade e sobretudo reconhecimento pelo esforço no atendimento a cada empresa instalada no município.

Portanto, também como agente social a COCEL continua contribuindo para o desenvolvimento do Município e de suas instituições, com a destinação de 5% do seu lucro líquido para entidades beneficentes.

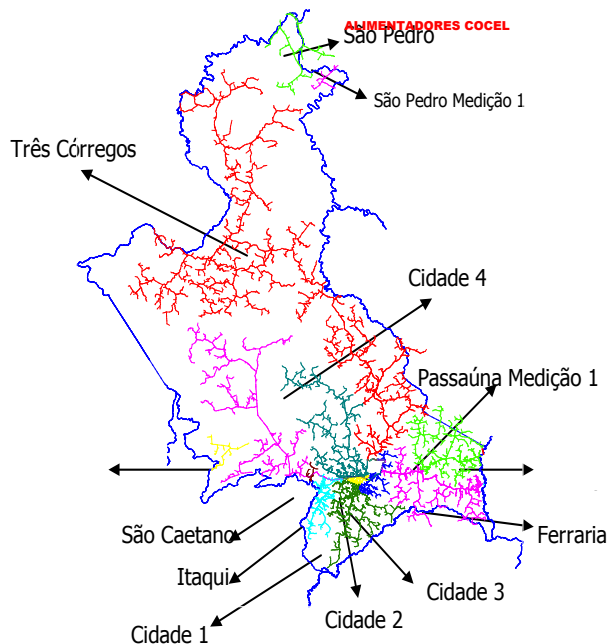
A EMPRESA

PERFIL

A Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, fundada em 05 de Março de 1968, é uma Sociedade de Economia Mista, de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, o qual detém 88,8% do seu Capital Social.

A Companhia tem como atividade principal a distribuição e a comercialização de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que possui uma área de 1.359 km² e população de 112.486 habitantes, segundo estimativa do IBGE para 2010.

A COCEL é uma Companhia eminentemente distribuidora de energia, sendo todo o seu mercado atendido através da compra de energia da Companhia Paranaense de Energia – COPEL.



MISSÃO

“Atender seus consumidores com qualidade de Energia a preços competitivos”.

VISÃO

“Ser uma empresa que atenda ao mercado em suas necessidades de energia, infra-estrutura e serviços correlatos”.

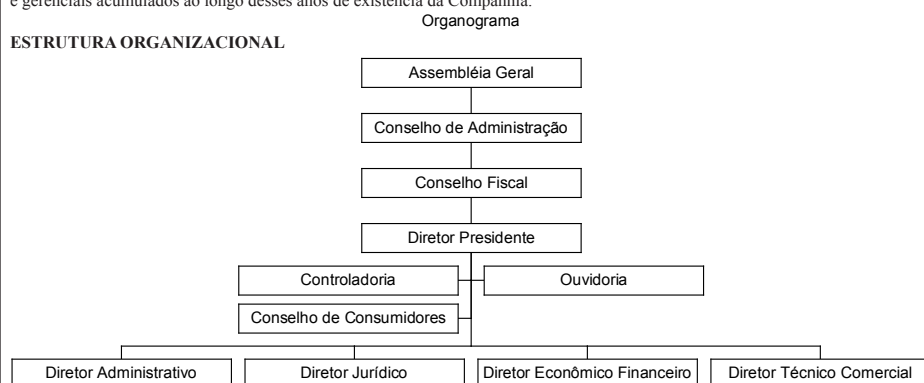
PRINCIPIOS E VALORES

“A Cocel, busca promover a satisfação dos consumidores, acionistas, colaboradores e fornecedores”.

ORGANIZAÇÃO E GESTÃO

A Companhia Campolarguense de Energia – CoceL atua no segmento de distribuição de energia elétrica há 42 anos, e tem se preocupado de forma constante na atualização de práticas de gestão corporativa, bem como nas questões relativas às tecnologias voltadas para sistemas de informações aplicados às empresas modernas, sem no entanto, deixar de valorizar o seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo desses anos de existência da Companhia.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



Assembléia Geral Ordinária: obrigatoriamente deverá ocorrer até 30 de abril, onde os Acionistas e Conselhos de Administração e Fiscais examinam as contas da Diretoria, discutem e deliberam sobre relatórios e Balanços anuais;

Conselho de Administração: Composto por dez acionistas eleitos pela Assembléia Geral com mandatos de três anos, podendo ser reeleitos. Compete ao Conselho de Administração, orientação sobre negócios da Companhia, eleger, destituir e fiscalizar diretores;

Conselho Fiscal: Composto por cinco membros efetivos e cinco membros suplentes, eleitos anualmente pela Assembléia Geral, podendo ser reeleitos. Suas atribuições, deveres e responsabilidades são estabelecidos no Estatuto Social e na Lei das Sociedades Anônimas;

Diretorias: Eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, podendo ser reeleitos;

Controladoria: No ano de 2007 foi instituído o Sistema de Controle Interno da Companhia, conforme termos do artigo 31 da Constituição Federal e artigo 59 da lei complementar nº- 101/2000, com objetivo de promover a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, no tocante à legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e eficiência na administração dos recursos e bens públicos.

Também tem a função de prestar contas e informações sobre a gestão da empresa perante o Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Companhia Campolarguense de Energia – CoceL, é uma Sociedade de Economia Mista, de Capital Fechado e regulada pela Lei 6404/76 das Sociedades Anônimas.

O Capital social realizado em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 28.000 (vinte e oito milhões de reais), representado por 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias sem valor nominal.

A composição acionária dos principais acionistas encontra-se discriminada na tabela abaixo:

	2010	2009
Prefeitura Municipal de Campo Largo	444.139.217	444.139.217
FAPEN – Instituto de Aposentadoria e Pensões de C. Largo	53.929.780	53.929.780
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

AUDITORIA EXTERNA

A CoceL tem como contratada a empresa BDO Trevisan para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações contábeis e financeiras.

ESTRUTURA E AMBIENTE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Abrangência da Área de Concessão - Mercado de Energia

A concessionária distribui energia elétrica em todo Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que abrange uma população de 112.486 habitantes, conforme estimativa do IBGE para 2010, e a área de 1.359 km².

Atendimento ao Consumidor

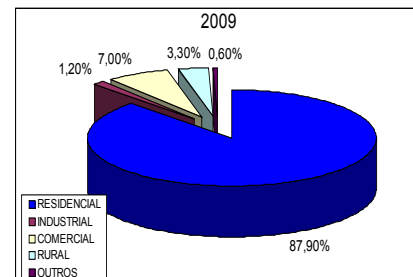
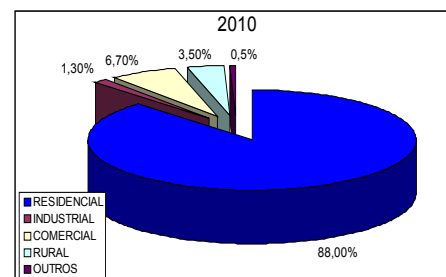
O atendimento aos consumidores é realizado no Setor de Atendimento ao Público na sede Administrativa da CoceL e em outros canais alternativos onde o consumidor pode ter acesso aos serviços da CoceL sem sair de casa.

A CoceL conta com um manual de Normas Técnicas a disposição de seus novos consumidores, sobre a instalação de Padrões de Entrada. Disponível na página eletrônica e também em sua Sede Administrativa.

Novas Ligações de Consumidores

Foram realizadas no ano 1.328 novas ligações, das quais 1.220 são da classe residencial. Totalizando no final do exercício de 2010, 40.158 consumidores contra os 38.830 de 2009, o que representa um crescimento de 3,42%. Destaque na classe residencial que representa 88% do número de consumidores.

Nº de Consumidores:



Serviço de tele atendimento

O serviço de call center é oferecido pela CoceL através do telefone 0800 – 726 2121 (ligação gratuita), por meio do qual os consumidores podem fazer solicitações comerciais, reclamação de falta de energia, consulta sobre faturas, sugestões, entre outros serviços.

O Setor de Atendimento gerou um total de 122.400 protocolos de atendimento em 2010. Destes, 69.600 atendimentos foram feitos via call center e 52.800 pelo atendimento pessoal, diretamente em nossa sede administrativa. Cada atendimento feito é registrado por um protocolo, e cada consumidor que entra em contato resulta em média em três atendimentos.

Atualmente o Setor de Atendimento dispõe de softwares especialmente elaborados para registrar de forma segura e eficiente todos os contatos feitos pelos consumidores. O software da central telefônica do 0800 também registra todos as ligações, e possibilita que mesmo aqueles consumidores que não puderam ser atendidos em um primeiro momento recebem o retorno dos atendentes. Quando todos os atendentes estão ocupados, o consumidor é avisado que para que deixe sua mensagem e o mais rápido possível um atendente retornará a ligação.

Os novos softwares possibilitaram um melhor atendimento e acompanhamento dos contatos feitos por cada consumidor. Uma vez que cada contato feito está registrado, cada atendimento torna-se um complemento do anterior, tornando este relacionamento entre a Companhia e seus consumidores mais dinâmico e agradável.

O serviço de tele atendimento fica disponível 24 horas por dia, todos os dias.

Atendimentos pelo 0800 – 726 2121	2007	2008	2009	2010
Total de ligações atendidas	2.804	9.982	90.429	98.731
Percentual de ligações atendidas, do total de ligações registradas	100%	100%	74,7%	78%
Percentual de ligações não atendidas	-	-	25,3%	22%
Tempo médio de espera até o início do atendimento	-	-	45s	45s

* Apenas em 2009 a CoceL passou a contar com o software que possibilita o registro de todas as chamadas, assim como a separação entre as chamadas atendidas e perdidas.

Agência virtual

Através de seu site www.coceL.com.br, a CoceL disponibiliza aos seus consumidores serviços como consulta ao histórico de consumo e valores de faturas, emissão de segundas-vias do boleto para pagamento, solicitação de serviços e informações sobre os agentes arrecadadores e desligamentos programados. As principais notícias da Companhia são encontradas no site, assim como a história da empresa, organograma, normas técnicas e informações para os fornecedores. Através do site, o consumidor também consegue entrar em contato diretamente com o ouvidor, e com os responsáveis de cada setor da CoceL.

Agentes arrecadadores

A fim de facilitar o pagamento das faturas de energia elétrica, a CoceL conta com 34 agentes arrecadadores conveniados e contratados.

Continuação
lotéricas, além de outros estabelecimentos comerciais que atuam como correspondentes bancários distribuídos em todas as regiões do município.

Ouvidoria
A Ouvidoria da Coel é um setor independente dos demais, e fica à disposição dos clientes que desejarem fazer sugestões ou críticas. É uma forma de ampliar os canais de comunicação entre a Companhia e seus consumidores. No ano de 2010, a Ouvidoria atendeu 160 reclamações de clientes, sendo que 39% delas foram feitas via telefone, 57% pessoalmente e 4% foram registradas junto à Aneel.

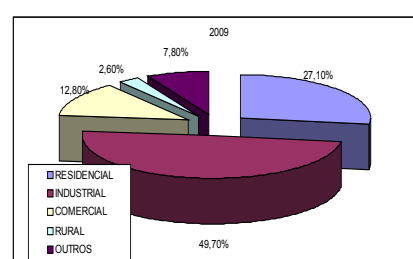
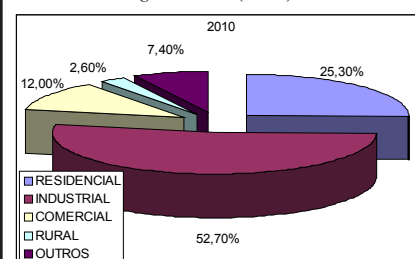
ASPECTOS OPERACIONAIS

A classe industrial composta por 506 consumidores, representa 1,26% do total de consumidores, 52,65% do mercado de energia em kWh, e 48,71% do faturamento bruto.

A relação consumidores/empregados passou de 359 para 375 consumidores para cada empregado em 2010. A energia requerida ao longo do exercício de 2010 adquirida integralmente da nossa supridora Companhia Paranaense de Energia – COPEL apresentou um crescimento de 9,5%, passando de 239.925 MWh para 262.706 MWh 2010.

O consumo total de energia faturada pela COCEL, em 2010, totalizou 247.384 MWh um crescimento de 12,78%, comparando com a energia faturada no ano de 2009, que totalizou 219.342 MWh.

Mercado de Energia Vendida: (MWh)

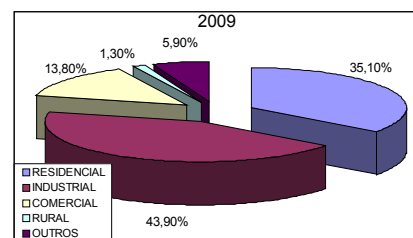
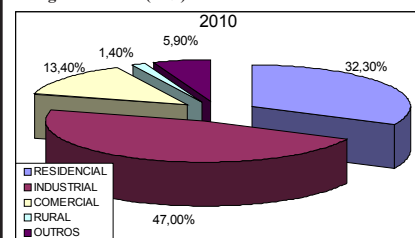


Recicla de Fornecimento de Energia Elétrica

Em 22 de Junho de 2010, conforme a Resolução Homologatória nº 1020/2010-ANEEL, ocorreu o reajuste tarifário anual onde as tarifas foram reajustadas em média 12,46%, sendo 9,57% relativos ao reajuste anual econômico e 2,89% referentes aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 11,41% a serem percebidos pelos consumidores cativos.

O faturamento de energia elétrica incluído a receita não faturada apresentou um crescimento de 19,1 %, passando de R\$ 73.849 mil para R\$ 87.952 mil em 2010.

Energia Vendida: (R \$)



Tarifas de Energia Elétrica

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica, excluindo os valores do ICMS, Cofins e do Pis/Pasep, atingiu em Dezembro/2010, R\$ 241,38/MWh, aumento de 1,09% em relação a dezembro de 2009.

As perdas de energia elétrica ao longo do exercício em nosso sistema de distribuição, incluindo as comerciais e técnicas foram de 6,35%.

Classe	Tarifa Média em R\$/MWh Dez/2010	Tarifa Média em R\$/MWh Dez/2009
Residencial	308,77	298,92
Industrial	211,94	213,52
Comercial	269,08	261,94
Rural	183,64	174,21
Outros	193,36	190,01
Tarifa Média	241,38	238,78

QUALIDADE DO FORNECIMENTO

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são medidos pelos indicadores denominados de DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor), calculados através do Sistema de Gerenciamento de Redes Elétricas, SGD, que nos permite medir com bastante precisão os níveis de confiabilidade do sistema, possibilitando o desenvolvimento de ações preventivas, ao direcionarmos investimentos significativos no reforço e melhoria das redes existentes. O índice médio do DEC e FEC realizados no exercício 2010 foram de 13,03 e 9,71 respectivamente.

INVESTIMENTOS

Com a finalidade de melhorar a qualidade de segurança da população foram instaladas 458 novas luminárias em diversas ruas centrais e bairros do município, dentre eles em Bateias, Ouro Verde, Saad, Vila Solene, entre outras

As obras executadas nas Redes de Distribuição de Energia Elétrica na área de concessão da Companhia Campolarguense de Energia são divididas nas seguintes categorias:

Ampliação de Rede Urbana e Rural – Tratam-se de investimentos realizados pela COCEL em obras de expansão do seu sistema de distribuição de energia elétrica tanto no perímetro urbano como no interior do Município. Ampliação de alimentadores, redes de iluminação pública, atendimento a condomínios e loteamentos são alguns exemplos de obras de ampliação de rede.

Melhoria de Rede Urbana e Rural – Investimentos efetuados pela COCEL em melhoria de qualidade no fornecimento de energia elétrica a seus consumidores. Trata-se de obras cujo investimento é bancado inteiramente pela COCEL, uma vez que são necessárias para a energia elétrica, que chega até os seus clientes, esteja dentro dos padrões mínimos exigidos pelo órgão regulador (ANEEL).

Reforço de Rede Urbana e Rural – Investimentos realizados na rede de distribuição de energia elétrica sempre que ocorre uma solicitação de aumento de carga por parte dos consumidores e que acarretem uma necessidade de reforço no sistema existente.

Programa “Luz para Todos” – Programa de eletrificação rural implantado pela COCEL em parceria com o Ministério de Minas e Energia e a ELETROBRÁS, com o objetivo de criar melhores condições para que os moradores do interior do município tenham acesso aos benefícios da energia elétrica.

RESUMO DAS OBRAS REALIZADAS

Ao longo do período, a Coel aplicou parcela significativa dos seus recursos em obras de ampliação do seu sistema de distribuição de energia elétrica, tendo como prioridade à população localizada no interior do município através do programa de Eletrificação Rural “Luz para Todos”.

Na tabela abaixo apresentamos um resumo das obras realizadas durante o ano de 2010.

Tipo da Obra	Rede B.T (m)	Rede A.T. (m)	Postes	Trafos	Potência Inst. (kVA)	Qtde. de Obras	Investimento (R\$ em mil)
Ampliação Urbana	6.488	2.990	237	23	1072,5	43	531
Reforço Urbano	1.883	1.134	68	39	2102,5	40	357
Melhoria Urbana	8.546	2.973	270	32	1257,5	80	1.316
Ampliação Rural	1.385	3.700	97	23	317,5	28	166
Reforço Rural	144	601	5	7	250	7	47
Melhoria Rural	2.942	8.469	196	36	470	42	323
Luz para Todos	2.038	16.765	240	69	722,5	66	643
Iluminação Pública	-	-	-	-	-	-	234
Medidores Urbanos / Ramal Aéreo	-	-	-	-	-	-	559
Veículos	-	-	-	-	-	-	550
Intangíveis - softwares	-	-	-	-	-	-	728
Outros investimentos	-	-	-	-	-	-	184
TOTAL	23.426	36.632	1.113	229	6.192,5	306	5.638

Com base nessas informações podemos destacar alguns pontos:

- 21% dos investimentos (aproximadamente R\$ 1.179 mil) foram empregados em obras no interior do município com destaque para o Programa Luz para Todos onde foram aplicados 11% dos investimentos do ano.

- Aproximadamente R\$ 1.316 mil, foram aplicados em obras de melhoria das redes de distribuição de energia em todo o município.

Tabela comparativa de crescimento do Sistema de Distribuição

Sistema de Distribuição	2010	2009
Redes de distribuição – Baixa Tensão (Km)	748	725
Redes de distribuição – Alta Tensão (Km)	1.449	1.412
Postes – (un)	29.848	28.735
Transformadores – (un)	3.815	3.586
Potência instalada em Transformadores (KVA)	95.891	89.699
Consumidores	40.158	38.830

Universalização

O Processo de Universalização da Energia Elétrica no Brasil iniciou-se com a edição da Resolução ANEEL n.º 223, de 29 de abril de 2003, que regulamenta a aplicação da Lei n.º 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação dada pela Lei n.º 10.762 de 11 de novembro de 2003, que consistia em acabar com a exclusão elétrica no Brasil.

Programa “Luz para Todos”

O que é o programa

O governo federal iniciou em 2004 o desafio de acabar com a exclusão elétrica no país com o lançamento do programa LUZ PARA TODOS, que tem o objetivo de levar energia elétrica para 10 milhões de pessoas do meio rural até 2008/2009. O programa, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia com participação da Eletrobrás e de suas empresas controladas, atenderá uma população equivalente aos estados de Piauí, Mato Grosso do Sul, Amazonas e do Distrito Federal.

O programa está orçado em R\$ 12,7 bilhões e está sendo realizado em parceria com as distribuidoras de energia e os governos estaduais. O governo federal destinará 9,1 bilhões ao programa. O restante será partilhado entre governos estaduais e agentes do setor. Os recursos federais virão de fundos setoriais de energia - a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e a Reserva Global de Reversão (RGR).

O mapa da exclusão elétrica no país revela que as famílias sem acesso à energia estão majoritariamente nas localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano e nas famílias de baixa renda. Cerca de 90% destas famílias têm renda inferior a três salários mínimos e 80% estão no meio rural.

HISTORICO DAS OBRAS DE “LUZ PARA TODOS”

Nas obras do Programa Luz para Todos, a COCEL fornece a ligação da energia elétrica até os domicílios de forma gratuita e inclui a instalação padrão de entrada além de três pontos de luz e duas tomadas. A COCEL atendeu no ano de 2010, 80 consumidores e desde o início do Programa, em Setembro de 2004, o total de clientes atendidos já chega a 1.201 - cerca de 5.750 habitantes.

QUADRO DE METAS FÍSICAS DO PROGRAMA (PREVISTO X REALIZADO)

Tipo	Realizado	2004/2009	Realizado em 2010	Realizado Total
Consumidores	1.121		80	1.201
Padrões de entrada	1.109		78	1.187
Kit Instalação interna	938		70	1.008
Km de rede A.T.	278		17	295
Km de rede B.T.	33		2	35
Postes	3.365		240	3.605
Transformadores	398		69	467
Potência instalada (kVA)	7.457		723	8.180

Programa “Luz Fraterna”:

Programa instituído pelo Governo do Estado do Paraná, que se responsabiliza pelo pagamento das faturas dos consumidores que tenham o Bolsa Família cadastrado e consomem no máximo 100 KWh por mês. O programa atende também consumidores de classe rural com ligação monofásica ou bifásica com disjuntor de até 50 amperes para receber o benefício, os consumidores devem ter apenas uma unidade consumidora em seu nome.

Programa Luz Fraterna	2010	2009
Nº de residências atendidas	2.132	1.929
Residências atendidas pelo Luz Fraterna, com relação ao total de consumidores residenciais	6,03	5,66
Recicla de faturamento do Programa Luz Fraterna (R\$ mil)	282	268
Total da receita de faturamento do Programa Luz Fraterna em relação ao total da receita do faturamento residencial	1,39%	1,00%
Subsídio recebido do Governo Estadual, relativo aos consumidores do Programa Luz Fraterna (R\$ mil)	282	268

Tarifa de baixa renda

O Programa de Baixa Renda é determinado pela Lei 12.212 de 20 de janeiro de 2010, e proporciona descontos nas faturas de energia, de acordo com os seguintes condições.

I - seus moradores deverão pertencer a uma família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, com renda familiar mensal per capita menor ou igual a meio salário mínimo nacional; ou

II - tenham entre seus moradores quem receba o benefício de prestação continuada da assistência social, nos termos dos arts. 20 e 21 da Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

§ 1o Excepcionalmente, será também beneficiada com a Tarifa Social de Energia Elétrica a unidade consumidora habitada por família inscrita no CadÚnico e com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos, que tenha entre seus membros portador de doença ou patologia cujo tratamento ou procedimento médico pertinente requeira o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos que, para o seu funcionamento, demandem consumo de energia elétrica, nos termos do regulamento.

§ 2o A Tarifa Social de Energia Elétrica será aplicada somente a uma única unidade consumidora por família de baixa renda.

Tarifa de Baixa Renda	2010	2009
Nº de residências atendidas	9.338	9.354
Residências atendidas pelo Baixa Renda, com relação ao total de consumidores residenciais	26,41%	27,41%
Recicla de faturamento na subclasse Baixa Renda (R\$ mil)	1.260	1.479
Total da receita de faturamento da classe de consumo “Baixa Renda” em relação ao total da receita do faturamento residencial	6,21%	5,48%
Subsídio recebido da Eletrobrás, relativo aos consumidores do “Baixa Renda” (R\$ mil)	1.260	1.479

Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento

A COCEL ao elaborar o Programa Anual de Combate ao Desperdício de Energia Elétrica objetivou ações aplicadas à conscientização da correta utilização do uso da energia elétrica, as quais têm objetivado a educação da sociedade, no sentido do combate ao desperdício, postergando assim obras de expansão do sistema elétrico.

A COCEL investirá R\$ 350 mil reais no ano de 2011 em projetos que compreendem uma metodologia de aplicação de relidadores monofásicos dedicados à rede de distribuição baseada em otimização de indicadores de continuidade, um software que implementará tal metodologia para uso da COCEL e um projeto piloto em alimentador de distribuição. Este programa está em fase de aprovação na ANEEL.

Projetos de Eficiência Energética

A COCEL investirá 100% dos recursos devidos em projeto de uso final, na eficiência energética em atendimento a Comunidades de Baixa Renda.

Total de 2.896 consumidores participaram do atual programa.

A COCEL realizou um levantamento das instalações elétricas, visando analisar o perfil de utilização de energia em cada residência, para subsidiar com dados técnicos os clientes contemplados na etapa de substituição de geladeiras pouco eficientes por refrigerador de 01 porta com selo PROCEL/INMETRO, categoria “A”, de economia de energia elétrica, capacidade de 252 litros com consumo mensal máximo de 23,7 kWh/mês. Nesta etapa foram distribuídas 03 (três) lâmpadas fluorescentes compactas de 15 W com selo PROCEL/INMETRO (para substituírem na mesma quantidade, lâmpadas incandescentes de 60 W) a cada unidade consumidora participante do programa.

A Coel está na fase de substituição de 500 geladeiras selecionadas pelo diagnóstico técnico.

- Investimento previsto: R\$ 532 mil reais.

LAJIDA ou EBITDA

Os Lucros antes dos Juros, Impostos e Depreciação e Amortização (Lajida ou Ebitda) totalizou 7,7 milhões e margem de 15,05%, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Rubrica	2010	2009	2008
Depreciação / Amortização	2.773	2.432	2.368
Resultado das Atividades	4.948	2.597	5.579
EBITDA	7.721	5.029	7.947
Recicla Operacional Líquida	51.291	44.372	42.919
Margem do EBITDA - %	15,05%	11,33%	18,52%

Continuação

POLÍTICA DE REINVESTIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

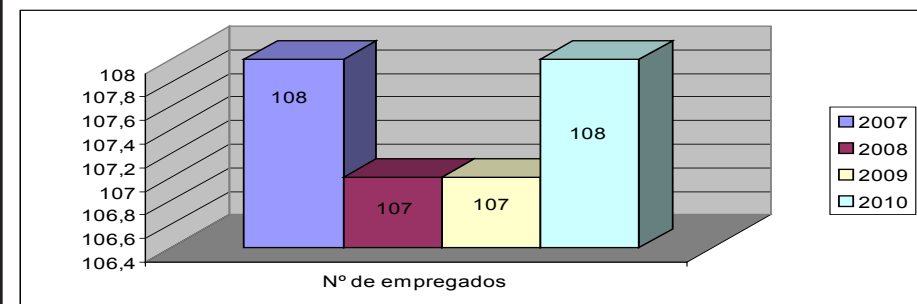
Aos acionistas é garantido estatutariamente um Dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária.

A concessionária optou por pagar juros sobre o capital próprio, de acordo com o artigo 9º da Lei n.º 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que permite sua dedutibilidade, para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social. No exercício de 2010, foi apropriado a título de juros sobre o capital próprio o montante de R\$ 1.960 mil, e também constituiu reserva no valor equivalente a 5% do lucro líquido do exercício.

Para atender ao seu programa de Investimento foi retido o saldo remanescente do lucro líquido do exercício no montante de R\$ 1.775 mil como Reserva de Retenção de Lucros, de modo a assegurar a realização de obras do próximo exercício pelo orçamento de capital de concessionária.

Quadro de Colaboradores Efetivos da COCEL

Ao final do exercício, o quadro efetivo de empregados da Companhia conta com 108 colaboradores.



Programa de Alimentação

A Coel distribuiu através do Programa de Alimentação, R\$ 628 mil em créditos de vale alimentação, que beneficiou todos os seus funcionários registrados.

Convênio Médico

Os funcionários contam com o convênio empresarial em parceria com a UNIMED com cobertura em todo o território nacional. A parte do convênio a cargo dos funcionários é em média de 61% (sessenta e um por cento).

Nos meses de abril e/ou maio, é realizada campanha de vacinação anti-gripal estendido a todos os funcionários da Companhia.

Convênio odontológico

Em parceria com o Sindicato dos Eletricistas do Estado do Paraná, a Coel mantém convênio odontológico que abrange em geral todos os tipos de tratamentos dentários. Se estende também aos dependentes. Sobre a carga do funcionário sindicalizado 10% ou 50%, dependendo do tipo de tratamento. Na maioria dos tratamentos, 80% do valor é pago pela Coel e outros 10% pelo Sindicato.

Convênio Farmácia

A Coel mantém Convênio Farmácia aos seus funcionários e dependentes. Quando apresentado a receita médica, o reembolso dos medicamentos é de 70%.

Educação e Treinamento:

Programa de Estagiários

Mediante convênio com diversas instituições de ensino, dentre as quais: Pontifícia Universidade Católica – PUC, Universidades TUIUTI, Faculdade Cenequista Presidente Kennedy, Sociedade Paranaense de Ensino de Informática – SPEI, Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET, Centro Universitário Positivo – UNICENP e Centro de Integração Empresa Escola – CIEE. Contamos atualmente com 03 estudantes que realizam sua complementação de ensino, e que estão estagiando nas diversas áreas da companhia.

Menor Aprendiz - Combate a mão-de-obra infantil

A Companhia possui termo de compromisso com a Fundação João XXIII no intuito de colaborar com esta entidade nas ações sociais, encaminhando menores em sua vida profissional. Ao longo do exercício, 03 menores desenvolveram atividades na Companhia.

Ajuda de Custo de Material Escolar

A Coel conta com o programa de auxílio de material escolar que abrange funcionários e seus dependentes, bastando o funcionário apresentar o comprovante de matrícula. No ano foram investidos 35 mil.

SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

Mantemos uma constante preocupação com a segurança no trabalho com implantações constantes de ações preventivas, dentre as quais, destaca-se a implantação em 2007 da Norma Reguladora 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade. Também são estendidos a todos os funcionários práticas laborais com exercício semanais

Programas de Desenvolvimento e Treinamento

Ao longo do exercício, a companhia investiu o equivalente a R\$ 16 mil em bolsa de estudos visando formação técnica e o desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, objetivando desta forma manter seu quadro funcional sempre atualizado com as últimas evoluções nas áreas tecnológica e gerencial, oferecendo aos mesmos a oportunidade de desenvolverem suas habilidades e potencialidades.

Dessa forma, a área de treinamento da companhia proporciona aos mesmos a oportunidade de realizarem cursos superiores moldados às necessidades e operações da concessionária, com educação contínua nas áreas de qualidade total, de segurança, de gestão e de extensão universitária. Houve ainda investimento referente à aposentadoria privada Brasil Prev no valor de R\$ 22 mil.

Cursos e Palestras Realizados na Companhia

Cursos	Carga Horária	Total de Funcionários Treinados.
Reunião de Segurança NR-06 EPIS	01h	16
Treinamento técnico veículo Hynday	01h	19
Treinamento Cesta Aérea	02:30h	25
Curso básico NR-10	40h	5
Curso complementar NR-10	40h	5
Curso Fundamentos da eletricidade	32h	8
Treinamento riscos adicionais	24h	9
Treinamento Salvamento e resgate em estruturas de redes de distribuição	12h	9
Treinamento Análise Preliminar de Riscos	04h	9
Responsabilidade civil e criminal	14h	9
Relações interpessoais	10h	9
Construção e manutenção de redes	102h	9
Treinamento MIG	20h	3
Treinamento de combate a incêndio	03h	21
Curso NR-17 trabalho em tele atendimento	04h	16
Política da qualidade	01h	72
Curso de Cipeiro	20 h	14
Trabalhador na Operação e Manutenção de Motosserra	40 h	6
Reciclagem Bienal – NR10	16 h	37

Cursos - SIPAT	Carga Horária	Total de Funcionários Treinados.
Primeiros Socorros	1 h	59
Prevenção DST's – Doenças Sexualmente Transmissíveis	1 h	37
Motivação	1 h	43
Nutrição	1 h	45

BALANÇO SOCIAL

1. Base de Cálculo	2010 – Valor (R\$ mil)			2009 – Valor (R\$ mil)		
	Valor (R\$)	%sobre FPB	%sobre RL	Valor (R\$)	%sobre FPB	%sobre RL
Receita Líquida	51.291			44.372		
Lucro Operacional	3.656			1.487		
Folha de Pagamento Bruta	7.725			7.270		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (R\$)	%sobre FPB	%sobre RL	Valor (R\$)	%sobre FPB	%sobre RL
Alimentação	628	8,1%	1,2%	507	7,0%	1,1%
Encargos Sociais Compulsórios sem diretoria	1.866	24,2%	3,6%	1.647	22,7%	3,7%
Previdência privada	22	0,3%	0,0%	21	0,3%	0,0%
Saúde	464	6,0%	0,9%	406	5,6%	0,9%
Segurança e Medicina no Trabalho	86	1,1%	0,2%	62	0,9%	0,1%
Educação	52	0,7%	0,1%	74	1,0%	0,2%
Cultura	-	-	-	-	-	-
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	36	0,5%	0,1%	19	0,3%	0,0%
Creches ou Auxílio Creche	-	-	-	-	-	-
Participação nos Lucros ou Resultados	381	4,9%	0,7%	361	5,0%	0,8%
Outros	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Total – Indicadores sociais internos	3.535	45,8%	6,9%	3.097	42,6%	7,0%
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (R\$)	%sobre RO	%sobre RL	Valor (R\$)	%sobre RO	%sobre RL
Educação	-	-	-	-	-	-
Cultura	-	-	-	-	-	-
Saúde e Saneamento	-	-	-	-	-	-
Esporte	-	-	-	-	-	-
Combate à fome e segurança alimentar	-	-	-	-	-	-
Programa “Luz Para Todos”	634	17,3%	1,2%	1.008	13,9%	2,3%
Programa de pesquisa e eficiência energética	52	1,4%	0,1%	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Total das contribuições para a sociedade	686	18,8%	1,3%	1.008	13,9%	2,3%
Tributos (excluídos os encargos sociais)	36.861		71,9%	28.556		64,4%
Total – Indicadores Sociais Externos	37.547		73,2%	29.564		66,6%

4) Indicadores do Corpo Funcional	2010	2009
	N.º de empregados	N.º de empregados
N.º de empregados ao final do exercício	107	107
N.º de empregados terceirizados	42	42
Escolaridade dos empregados:		
Superior e extensão universitária	33	34
2º Grau	48	45
1º Grau	26	28
Faixa Etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	20	16
De 30 até 45 anos (exclusive)	63	59
Acima de 45 anos	24	32
Admissões durante o período	10	3
Demissões durante o período	10	4
N.º de mulheres que trabalham na empresa	22	23
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	23,0%	23,1%
Estagiários	3	4
Menor Aprendiz	3	4

5) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

Relação entre a maior e a menor remuneração	2010			2009		
Nº total de acidentes de trabalho						02
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos foram definidos	(x) pela direção	() direção e gerências	() todos os empregados	(x) pela direção	() direção e gerências	() todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos	(x) pela direção	() direção e gerências	() todos os empregados	() pela direção	(X) direção e gerências	() todos os empregados
A previdência privada contempla	() pela direção	() direção e gerências	(x) todos os empregados	() pela direção	() direção e gerências	(x) todos os empregados
A Participação nos lucros ou resultados contempla	(X) pela direção	() direção e gerências	(x) todos os empregados	(X) pela direção	() direção e gerências	(X) todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa	() não são considerados	(x) são sugeridos	() são exigidos	() não são considerados	(x) são sugeridos	() são exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário	() não se envolve	(x) apóia	() organiza e incentiva	() não se envolve	(x) apóia	() organiza e incentiva

AGRADECIMENTOS

A COCEL agradece aos seus acionistas, em especial a colaboração do Governo do Município de Campo Largo, aos colaboradores da Companhia pelo profissionalismo e dedicação, aos clientes/ consumidores e fornecedores pela confiança que depositaram ao longo de 2010.

Campo Largo, 31 de Dezembro de 2010.

UDO SCHMIDT NETO
DIRETOR PRESIDENTE

EMIGDIO STOCO
DIRETOR ECONÓMICO/FINANCEIRO

HEITOR OTÁVIO DE JESUS LOPES
DIRETOR JURÍDICO

ACHILLES AMADEU MUNARETTO
DIRETOR ADMINISTRATIVO

GERSON OSMAR GABARDO
DIRETOR TÉCNICO

Balanço Patrimonial Encerrado em 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

Continuação							
ATIVO	2010	2009	PASSIVO	2010	2009	Demonstração do Valor Adicionado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009	
CIRCULANTE			CIRCULANTE				
Numerário disponível	4.638	4.201	Fornecedores	4.279	3.877		
Consumidores, concessionários e Permissionários	9.033	8.571	Folha de pagamento	446	417		
Devedores diversos	1.475	1.177	Tributos e contribuições sociais	3.333	3.171	1. Geração do Valor Adicionado	2010
Serviços em curso	52	23	Participação nos lucros	381	361	Receitas de vendas de energia	87.952
Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	-734	-728	Dividendos e juros sobre capital próprio	1.090	948	Outras Receitas de serviços	2.719
Almoxarifado	990	803	Empréstimos e financiamentos	270	197	Menos :	
Despesas pagas antecipadamente	599	886	Credores diversos	31	264	Insumos	
Outros créditos	560	476	Obrigações estimadas	734	716	Custo da energia comprada	-35.643
	16.613	15.409	Encargos do consumidor	482	250	Materiais	-640
			Encargos tarifários	8	8	Serviços de terceiros	-1.935
			Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	1.781	1.250	Outros custos operacionais	-738
			Provisões para contingências	202	12		-38.956
			Outras contas a pagar	353	280		
NÃO CIRCULANTE						2. Valor Adicionado Bruto	51.715
Títulos e valores mobiliários	195	195				Quotas de reintegrações	-2.773
Depósitos judiciais - Tributos a compensar	130	1.247					
Depósitos vinculados a litígios	301	336		13.390	11.751		
	626	1.778	NÃO CIRCULANTE			3. Valor Adicionado Líquido Gerado	48.942
			Tributos e contribuições sociais	243	1.135	Receitas financeiras líquidas	1.192
			Empréstimos e financiamentos	1.903	1.973		
			Provisões para contingências	18	221	4. Valor Adicionado a Distribuir	50.134
Investimentos	290	290					
Imobilizado	32.316	30.378				5. Distribuição do Valor Adicionado	
Intangível	691	110		2.164	3.329	Remuneração do trabalho	8.436
	33.297	30.778	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			Governos: Impostos e Contribuições	36.736
			Capital social	28.000	25.000	Encargos Financeiros e Variação Monetária	524
			Reservas de lucros	7.009	7.885	Juros s/capital próprio / dividendos	1.960
	33.923	32.556		35.009	32.885	Lucros retidos	2.097
						Participação nos Lucros	381
TOTAL DO ATIVO	50.536	47.965	TOTAL DO PASSIVO	50.563	47.965	Total	50.134
							40.010

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	R\$ mil Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	25.000	983	6.089	-	32.072
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	2.263	2.263
Destinação do Lucro proposta a AGO:					
- Reserva Legal	-	113	-	(113)	-
- Reserva de retenção de lucro	-	-	700	(700)	-
Juros s/Capital próprio (R\$ 4,00 por lote de mil ações)	-	-	-	(1.450)	(1.450)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	25.000	1.096	6.789	-	32.885
Aumento do Capital Social: Conforme 94º AGE e 42º AGO de 08/04/2010					
Com reservas	3.000	-	(3.000)	-	-
Com Lucros Acumulados	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	4.057	4.057
Destinação do Lucro proposta a AGO:					
- Reserva Legal	-	203	-	(203)	-
- Reserva de retenção de lucro	-	-	1.894	(1.894)	-
Juros s/Capital próprio (R\$ 2,90 por lote de mil ações)	-	-	-	(1.960)	(1.960)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	28.000	1.299	5.683	-	34.982

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

	2010	R\$ mil 2009		2010	R\$ mil 2009
Receita Operacional			Atividades Operacionais		
Fornecimento de energia elétrica	87.952	73.849	Lucro líquido do exercício	4.057	2.263
Outras	2.719	1.772			
			Despesas (receitas) que não afetam o caixa		
Deduções à Receita Operacional	90.671	75.621	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	52
Icms	-24.916	-20.003	Depreciação e amortização - Investimentos	2.432	2.196
Pasep / Pis	-1.496	-1.249	Crédito PASEP/COFINS Depreciação	586	454
Cofins	-6.891	-5.741	Baixas do imobilizado em serviço	116	110
Quota para reserva global de reversão	-436	-425	Provisões no Passivo Circulante e Não Circulante	(13)	(172)
Conta de Desenvolvimento Energético	-2.214	-1.898		7.184	4.903
Quota para a conta de consumo de combustível	-2.777	-1.497	Variação no Ativo Circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento/Eficientização Energética	-650	-436	Consumidores e revendedores	(462)	(1.462)
	-39.380	-31.249	Serviços em curso	(30)	(23)
			Outros créditos	(89)	(64)
Receita Operacional Líquida	51.291	44.372	Estoque	(186)	15
			Pagamentos antecipados	62	-
Custo do Serviço de Energia Elétrica			Conta Compensação Variação Parcela "A"	224	(454)
Energia elétrica comprada para revenda	-26.384	-23.419	Devedores diversos	(292)	(518)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	-5.944	-5.119		(773)	(2.506)
Pessoal	-3.358	-3.091	Variação no Passivo Circulante		
Material	-442	-441	Fornecedores	402	578
Serviços de terceiros	-975	-808	Folha de pagamento provisões trabalhistas	48	164
Depreciação e amortização	-1.966	-1.850	Tributos e contribuições sociais	162	1.434
Outras	-461	-275	Variação de dividendos declarados	141	(52)
	-39.530	35.003	Credores diversos - consumidores	14	(10)
			Conta Compensação Variação Parcela "A"	(247)	(294)
Lucro Operacional Bruto	11.761	9.369	Programa Efficient. Energética e Pesquisa e Desenv.	531	264
			Encargos do consumidor a recolher	233	(141)
Despesas Operacionais			Outras contas a pagar	93	76
Despesas com Vendas	-1.702	-1.581		1.377	2.019
Despesas Gerais e Administrativas	-4.667	-4.971	Aplicação no Ativo não Circulante		
Outras despesas operacionais	-444	-220	Depósitos judiciais	(18)	(101)
	-6.813	-6.772	Tributos e Contribuições Sociais	35	(9)
			Redução Ativo Não Circulante		
Resultado do Serviço	4.948	2.597	Baixas Cauções e Depósitos vinculados	1.135	-
				1.152	(110)
Receita (Despesa) Financeira			Aplicação no Passivo não Circulante		
Renda de Aplicações financeiras	285	374	Parcelamento de débitos fiscais	243	-
Variação monetária e acréscimo moratório-energia vendida	831	669	Redução Ativo Não Circulante		
Outras receitas financeiras	111	183	Baixas Cauções e Depósitos vinculados	(1.135)	-
Juros sobre capital próprio	-1.960	-1.450		(892)	-
Outras despesas financeiras	-559	-886			
	-1.292	-1.110	Total das Atividades Operacionais	8.048	4.306
			Atividades de Investimentos		
Lucro antes da Contribuição Social e Imposto de Renda	3.656	1.487	Aplicações no imobilizado - obras de distribuição	(5.833)	(4.679)
			Contribuições do consumidor	424	173
Contribuição social	-323	-93	Depreciação contribuição consumidor	(245)	(218)
Imposto de renda	-855	-220		(5.654)	(4.724)
			Atividades de Financiamentos		
Lucro Antes das Participações e da Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio	2.478	1.174	Empréstimos e financiamentos obtidos	226	428
			Amortização de empréstimos	(120)	(151)
Participações nos Lucros	-381	-361	Juros Financiamentos	(103)	(218)
Reversão dos juros sobre o capital próprio	1.960	1.450	Juros sobre Capital Próprio	(1.960)	(1.450)
				(1.957)	(1.391)
LUCRO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	4.057	2.263	Total de Efeitos no Caixa		
			Saldo inicial de caixa	4.201	6.010
Lucro Líquido por mil ações do Capital Social - R\$	7,9	4,5	Saldo final de caixa	4.638	4.201
			Variação no Caixa	437	(1.809)

Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado) - Encerrada em 31/12/2010 e 31/12/2009**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, fundada em 05 de Março de 1968, é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, que detém 88,8% do seu Capital Social.

A Companhia tem como atividade principal a distribuição e a comercialização de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que possui uma área de 1.359 km².

A COCEL é uma Companhia eminentemente distribuidora de energia, sendo todo o seu mercado atendido através da compra de energia da Companhia Paranaense de Energia – COPEL.

2. DA CONCESSÃO

A Companhia Campolarguense de Energia – COCEL detém a concessão para distribuir energia no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, junto ao órgão regulador do Serviço Público de Energia Elétrica, através da portaria nº 530 de 1º de Dezembro de 1998 do Ministério de Minas e Energia - MME, com vencimento em 07/07/2015.

Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica foram assinados a partir de 1995, em cada um desses contratos foram estabelecidas as tarifas iniciais e os mecanismos de sua alteração:

- Reajuste Tarifário Anual;
- Revisão Tarifária Extraordinária;
- Revisão Tarifária Periódica.

No caso particular do contrato de concessão da COCEL de nº 27/99 que foi assinado em 30 de Março de 1999, a COCEL passou pela segunda revisão tarifária periódica em 24 de Junho de 2008, que constituiu em estabelecer o reposicionamento das tarifas de fornecimento de energia elétrica e a determinação do Fator X.

A Cocel solicitou à Aneel alteração da data dos Reajustes de 29 de Março para 24 de Junho, o qual foi concedido através da Resolução Homologatória nº 603 de 22/01/2008, publicada no Diário Oficial da União em 29/01/2008, onde autoriza a alteração da data contratual da segunda revisão tarifária, bem como prorroga a vigência das tarifas de fornecimento de energia elétrica.

O Fator X considera os ganhos de produtividade da concessionária, previstos para o próximo período tarifário, decorrentes do crescimento do mercado atendido; a avaliação do grau de satisfação na percepção do consumidor; bem como a manutenção da condição de equilíbrio econômico-financeiro definida na revisão tarifária periódica;

O Fator X é estabelecido em função dos seguintes componentes:

- Xe que reflete os ganhos de produtividade esperados, derivados da mudança na escala do negócio por incremento do consumo de energia elétrica na área servida, tanto pelo aumento do consumo dos consumidores existentes bem como pela incorporação de novos consumidores, no período entre revisões tarifárias, calculado em cada revisão tarifária periódica;
- Xc que reflete a avaliação dos consumidores sobre a sua concessionária, sendo obtido mediante a utilização do resultado da pesquisa Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor – IASC, calculado em cada reajuste tarifário anual; e
- Xa que reflete a aplicação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) para o componente mão-de-obra da Parcela B da concessionária, calculado em cada reajuste tarifário anual.

No contrato de concessão a receita inicial da concessionária é dividida em duas parcelas. A Parcela A envolve os chamados “custos não gerenciáveis” pela concessionária, relacionados à distribuição de energia elétrica e explicitamente indicados no contrato. São custos cujo montante e variações independem da vontade ou influência da concessionária, como a energia elétrica adquirida para atendimento aos clientes, os custos de transmissão e os encargos setoriais. A Parcela B compreende o valor remanescente da receita envolvendo, portanto, os ditos “custos gerenciáveis”. São custos próprios da atividade de distribuição e de gestão comercial dos clientes, que estão sujeitos ao controle ou influência das práticas gerenciais adotadas pela concessionária, ou seja, os custos de operação (pessoal, material e serviços de terceiros). Além destes, a Parcela B inclui a remuneração do capital e os tributos. Os contratos de concessão contemplam procedimento específico para reajuste dessas parcelas durante cada ano do período tarifário.

REVISÃO TARIFÁRIA DA COCEL EM 2008

O processo de Revisão Tarifária Periódica tem como principal objetivo analisar, após um período previamente definido no contrato de concessão (geralmente de 4 anos), o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Destaca-se que enquanto nos reajustes tarifários anuais a “Parcela B” da Receita é atualizada monetariamente pelo IGP-M, no momento da revisão tarifária periódica são calculadas a receita necessária para cobertura dos custos operacionais eficientes e a remuneração adequada sobre os investimentos realizados, com prudência.

A revisão tarifária periódica é realizada mediante o cálculo do reposicionamento tarifário e do estabelecimento do Fator X.

A Resolução Homologatória Aneel nº 664, de 23 de junho de 2008, homologou o resultado provisório da Segunda revisão tarifária periódica, a serem aplicadas a partir de 24 de junho de 2008, considerando o reajuste médio total negativo de 9,91%, sendo negativo de 11,64% relativos ao reposicionamento tarifário e positivo de 1,73% relativo aos componentes financeiros externos à revisão tarifária periódica.

A Segunda etapa consiste no cálculo do fator X, que é o estabelecimento de metas de eficiência para o segundo período tarifário que serão expressas na tarifa. Com base na metodologia estabelecida pela resolução nº 234/2006, o calculo preliminar de Xe para a Cocel resultou em 0,20%.

A Resolução Normativa Aneel nº 338, de 25 de novembro de 2008, alterou as disposições da Resolução Normativa nº 234, de 31 de outubro de 2006, que disciplina o assunto, e estabeleceu novos conceitos gerais, metodologias aplicáveis e procedimentos iniciais para realização do segundo ciclo de revisão tarifária periódica das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica. No próximo reajuste tarifário serão revistos os índices publicados em 2008.

REAJUSTE TARIFÁRIO DE 2010

Em 22 de Junho de 2010, conforme a Resolução Homologatória nº 1020/2010-ANEEL, ocorreu o reajuste tarifário anual quando as tarifas foram reajustadas em média 4,22%, sendo 1,52% relativos ao reajuste anual econômico e 2,70% referentes aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 3,17% a serem percebidos pelos consumidores cativos.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia está adotando as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº. 11.941 em 27 de maio de 2009, a qual modifica, revoga e introduz novas disposições da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76. A referida lei estabelece diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações contábeis, visando o alinhamento com as normas internacionais de contabilidade. Estão sendo observados de forma consistente os pronunciamentos do CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**ATIVO CIRCULANTE****4.1 DISPONIBILIDADES**

Estão representadas por depósitos bancários avaliadas ao custo de realização até a data do balanço patrimonial.

	2010	2009
Caixa	3	14
Contas Bancárias a Vista	834	953
Numerários em Trânsito	160	751
Total	997	1.718

Numerários em trânsito:

O saldo de Numerário em Trânsito corresponde aos valores arrecadados pela rede bancária e ainda não creditados pela mesma.

4.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras, no montante de R\$ 3.641 (R\$ 2.483 em 2009), estão concentradas na Caixa Econômica Federal, e são remuneradas com base na variação do fundo DI.

4.3. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIOS E PERMISSONÁRIOS

As contas a receber incluem os valores referentes ao faturamento já emitido, bem como a receita proveniente de energia fornecida e ainda não faturada ao final do exercício. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento do faturamento. Para a receita não faturada, conforme o ciclo de faturamento mensal, é feito a provisão tendo como referência a carga real de energia disponibilizada e o índice de perda elétrica em bases anuais.

	2010	2009
Fornecimento Faturado	6.140	5.525
Fornecimento n/Faturado	2.583	2.746
Outros	310	300
Total	9.033	8.571

O fornecimento faturado apresenta o seguinte perfil por data de vencimento e classe:

	Saldo vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Consolidado
				2010	2009
Consumidores					
Residencial	1.172	982	302	2.456	2.374
Industrial	1.987	171	95	2.253	1.618
Comercial	424	246	168	838	978
Rural	35	21	-	56	46
Poder Público	128	11	60	199	197
Iluminação Pública	196	-	-	196	187
Serviço Público	117	-	-	117	102
Governo do Paraná – Luz Fraternal	25	-	-	25	23
Total	4.084	1.431	625	6.140	5.525

4.4. DEVEDORES DIVERSOS

	2010	2009
Tributos e Contribuições Sociais	854	1.093
Empregados	110	84
Devedores diversos – Baixa Renda	511	-
Total	1.502	1.177

4.5. PROVISÃO P/ CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA - PCLD

O valor da PCLD reconhecida é considerada suficiente para cobrir possíveis perdas na realização de créditos a receber.

Constituída com base nos valores a receber dos consumidores, sendo a classe residencial vencidos a mais de 90 dias, classe comercial vencidos a mais de 180 dias, e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos a mais de 360 dias, conforme definido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

Consumidores e Revendedores	2010	2009
Residencial	381	384
Industrial	106	106
Comercial	185	176
Rural	-	-
Poder Público	62	62
Total	734	728

4.6. ESTOQUE

Corresponde a materiais no almoxarifado de manutenção e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, no montante de R\$ 990 (R\$ 803 em 31 de dezembro de 2008), e não excedem ao valor de mercado.

4.7. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Conta de Compensação e Variação de Valores de itens da parcela “A” – CVA: registra as variações ocorridas entre os valores previstos por ocasião dos reajustes tarifários e os valores efetivamente pagos ao longo do ano tarifário, nos seguintes itens: Conta de Consumo de Combustíveis – CCC; Conta de Desenvolvimento Energético – CDE; Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia - PROINFA e o Custo de Aquisição de Energia Elétrica; Prêmios de Seguros: Saldo dos pagamentos antecipados de prêmios de seguros vencidos, até a efetiva realização destas despesas pelo regime contábil de competência.

	2010	2009
CCC	415	557
CDE	77	115
PROINFA	45	107
CVA – energia	51	34
Prêmios de Seguros	11	73
Total	599	886

4.8. OUTROS CRÉDITOS

	2010	2009
RGR a Compensar	8	17
Serviços Prestados a Terceiros	373	253
Desativações de bens em curso	(15)	9
Alienações em curso	-	(17)
Outros	194	214
Total	560	476

ATIVO NÃO CIRCULANTE**4.9. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS:**

O valor de R\$ 195 mil refere-se ao saldo histórico de precatórios que foram adquiridos com o objetivo de quitar pendências fiscais junto ao Governo do Estado.

4.10. DEPOSITOS JUDICIAIS

Depósitos judiciais efetuados em conta vinculada da Caixa Econômica Federal, relativos a processos judiciais em discussão junto à União Federal referentes ao Cofins/Pasep e CPMF. Já convertidos para o órgão competente em 2010.

Os mesmos valores são demonstrados em contra partida com o Passivo Não Circulante, demonstrado no item 4.29 das N.E’s.

Depósitos vinculados a litígios recursais e cauções trabalhistas:

	2010	2009
COFINS	-	915
PASEP	-	192
CPMF	-	28
Depósitos vinculados a litígios	130	112
Total	130	1.247

4.11. Outros

Créditos de ICMS referente a aquisições do Ativo Imobilizado a ser compensado 1/48 (um quarenta e oito avos) ao mês:

	2010	2009
Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	301	336
Total	301	336

4.12. INVESTIMENTO

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

	2010	2009
Participações Soc. Permanentes		
(-) Provisão para Desvalorização	56	56
Sub-total	(47)	(47)
	9	9
Outros Investimentos	281	281
Total	290	290

4.13. IMOBILIZADO

	Custo	Depreciação Acumulada	Total líquido	
			2010	2009
Imobilizado em Serviço				
Terrenos	279	-	279	279
Edificações, obras civis e benfeitorias	406	(302)	104	121
Máquinas e Equipamentos	52.733	(19.335)	33.398	31.784
Veículos	2.358	(1.414)	944	860
Móveis e Utensílios	192	(146)	46	34
55.968	(21.197)	34.771	33.078	

Imobilizado em Curso				
Máquinas e Equipamentos	1.319	-	1.319	1.135
Material em depósito de obras	2.646	-	2.646	2.442
Compras em andamento	43	-	43	7
4.008	-	4.008	3.584	

Participação Financeira				
Participações e Doações – Imobilizado em Serviço	(5.900)	-	(5.900)	(4.712)
Reintegração Acumulada	480	-	480	234
Participações e Doações – Imobilizado em Curso	(1.043)	-	(1.043)	(1.806)
(6.463)	-	(6.463)	(6.284)	

53.513	(21.197)	32.316	30.378
---------------	-----------------	---------------	---------------

Continua

Continuação
Registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação calculado pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815 de 30 de novembro de 1994, às taxas anuais constantes da tabela anexa à Resolução ANEEL nº 02 de 24 de dezembro de 1997 e nº 44 de 17 de março de 1999. Em função do disposto nas instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo. O mesmo procedimento foi adotado para os juros sobre o capital próprio (quando aplicável) que financiou as obras em andamento, conforme previsto na legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica. Mensalmente, são apropriadas às imobilizações em curso, através de rateio de até 10% dos gastos com pessoal e serviços de terceiros apropriados às ordens em curso.

4.14. DETALHAMENTO DAS PRINCIPAIS OBRAS IMOBILIZADAS E BAIXADAS

DESCRIÇÃO	IMOBILIZAÇÕES	BAIXAS
Ampliação de Rede Urbana	446	7
Ampliação de Rede Rural	217	6
Reforço de Rede Urbana	264	26
Reforço de Rede Rural	37	4
Melhoria de Rede Urbana	1.395	241
Melhoria de Rede Rural	389	29
Luz P/ Todos	670	10
Equipamentos Geral	126	-
Veículos	550	414
Moveis e Utensílios	18	-
Intangíveis / Softwares	734	-
Medidores	567	-
TOTAL	5.413	737

4.15. TAXAS DE DEPRECIACÃO

De acordo com a resolução ANEEL nº 02 de 24 de dezembro de 1997, as taxas de depreciação dos principais bens e instalações da Companhia registrados e controlados por Unidade de Cadastro – UC são as seguintes:

Estrutura – Distribuição	5,0%
Condutor – Distribuição	5,0%
Luminária	7,7%
Medidor	4,0%
Transformador de Distribuição	5,0%
Veículo	20,0%
Equipamento Geral	10,0%
Edificação	4,0%

4.16. DOS BENS VINCULADOS À CONCESSÃO

De acordo com os artigos 63 e 64 do decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

4.17. INTANGÍVEL

	2010	2009
Intangível - em Serviço	1.078	343
(-) Depreciação Acumulada	(386)	(239)
Intangível - em Curso	-	6
Soma	692	110

PASSIVO CIRCULANTE

4.18. FORNECEDORES

	2010	2009
Energia Comprada p/ Revenda	3.575	3.626
Materiais e Serviços	704	251
Total	4.279	3.877

4.19. FOLHA DE PAGAMENTO

	2010	2009
Saldo de Salários a Pagar	333	317
Tributos e Contribuições Sociais retidos na fonte	93	86
Consignações em favor da Concessão e/ou Terceiros	20	14
Total	446	417

4.20. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2010	2009
ICMS	2.127	1.985
FGTS	45	47
INSS	126	118
COFINS	377	300
PASEP	82	65
Contribuição Social	-	20
Parcelamentos	555	626
Outras	21	10
Total	3.333	3.171

4.21. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em Moeda Nacional	2010		2009	
	Principal +	Encargos	Principal +	Encargos
Eletrobrás	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
ECF 063/04	38	187	42	250
ECF 116/05	98	586	97	676
ECF 182/07	58	446	58	504
ECF 212/08	76	684	-	543
Total	270	1.903	197	1.973

Taxa de Juros de 5% ao ano, "PRO RATA TEMPORIS" sobre o saldo devedor corrigido, incorporado ao saldo durante o período de carência.
Taxa de Administração de 1% ao ano, vencível mensalmente sobre o saldo devedor corrigido.

4.22. CREDORES DIVERSOS

	2010	2009
Conta de Compensação Parcela A – Energia	-	247
Contas pagas em Duplicidade	27	12
Outros credores	4	5
Total	31	264

4.23. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	2010	2009
Provisão de Férias/Gratificação	516	515
Provisão INSS/FGTS	218	201
Total	734	716

4.24. ENCARGOS DO CONSUMIDOR

	2010	2009
Reserva Global de Reversão	37	34
Quota p/ Conta de Consumo de Combustível	259	41
Taxa de Fiscalização	8	9
Conta de Desenvolvimento Energético	178	166
Total	482	250

4.25. ENCARGOS TARIFARIOS

	2010	2009
Encargos de Capacidade Emergencial	8	8
Total	8	8

4.26. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

	2010	2009
F.N.D.C.T	17	17
M.M.E.	8	9
Instituições de Pesquisa	555	411
Tesouro Nacional	52	-
Programa de Eficientização Energética	1.149	813
Total	1.781	1.250

4.27. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	2010		2009	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Trabalhistas	34	-	-	147
Cíveis	168	18	12	74
Total	202	18	12	221

Em atendimento à Deliberação da CVM nº 489/2005, destacamos que valor das causas Cíveis e Trabalhistas estão classificadas como de perdas possíveis ou de muito prováveis.

4.28. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

	2010	2009
Contribuição p/Custeio de Serv. II.Pública	199	191
Empréstimo Compulsório – Eletrobrás	71	71
Cauções em Garantia	-	8
Taxa do Lixo - PMCL	73	-
Outros	10	10
Total	353	280

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

4.29. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Valores demonstrados em contra partida no Ativo Não Circulante, conforme item 4.10 das N.E's.

	2010	2008
Parcelamento RFB	243	
COFINS	-	915
PASEP	-	192
CPMF	-	28
Total	243	1.135

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

4.30. CAPITAL SOCIAL

	2010	2009
Prefeitura Municipal de Campo Largo	24.872	22.207
FAPEN – Instituto de Aposentadoria e Pensões de Campo Largo	3.020	2.696
Demais Acionistas	108	97
Total	28.000	25.000

O Capital Social, totalmente integralizado, é representado por 500.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, estando assim constituído:

	2010	2009
Prefeitura Municipal de Campo Largo	444.139.217	444.139.217
FAPEN – Instituto de Aposentadoria e Pensões de Campo Largo	53.929.780	53.929.780
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, é assegurado aos Acionistas um Dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas.

4.31. RESERVAS DE LUCROS

	2010	2009
Reserva de Lucros	6.982	7.885

A reserva de retenção de lucros foi constituída com parte dos lucros do exercício, para dar suporte ao programa de investimento da companhia, que será efetuada com Capital Próprio por deliberação da Assembléia Geral.

A reserva legal, de constituição obrigatória de 5% do lucro líquido do exercício, é limitada a 20% do Capital Social.

4.32. CÁLCULO DOS DIVIDENDOS

O artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, do valor dos juros sobre o capital próprio que serão pagos aos acionistas, calculados com base na variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP).

A concessionária optou por pagar juros sobre o capital próprio, em substituição aos dividendos, como distribuição de lucros do exercício no montante de R\$ 1.960 mil, e reter o remanescente do lucro líquido como reserva de retenção de lucros, de modo a assegurar a realização do programa de investimento a ser realizado no ano seguinte, suportado pelo orçamento anual.

Se não houvesse a opção do cálculo dos Juros sobre o Capital Próprio, a base para os dividendos mínimos obrigatórios do exercício seria como segue:

	2010	2009
Lucro Líquido do Exercício	3.932	2.263
(-) Reserva Legal	(197)	(113)
Lucro Líquido Ajustado	3.735	2.150
Dividendos Obrigatórios – 25%	934	537
(-) Juros s/Capital Próprio Imputados	(1.960)	(1.450)
Dividendos a pagar	-	-

4.33. SEGUROS

Os principais ativos em serviço da empresa estão segurados, a especificação por modalidade de risco e data de vigência estão demonstradas a seguir:

BEM SEGURADO	RISCO	DATA DE VIGÊNCIA	IMPORTÂNCIA SEGURADA	PRÊMIO
SEDE SOCIAL	Incêndio, Queda de Raio, Explosão e Fumaça/ Danos Elétricos / Vendaval/ Impacto de Veículos e Queda de Aeronaves/ Roubo e/ou Furto de Valores e Bens / Responsabilidade Civil	17/01/2011 a 17/01/2012	785	4
ALMOXARIFADO	Incêndio, Queda de Raio, Explosão e Fumaça/ Danos Elétricos / Vendaval/ Impacto de Veículos e Queda de Aeronaves/ Roubo e/ou Furto de Bens/ Responsabilidade Civil	17/01/2011 a 17/01/2012	1.120	4
ASCEL	Incêndio, Queda de Raio, Explosão e Fumaça/ Vendaval, Granizo/ Roubo e/ou Furto de Bens/ Danos Elétricos	17/01/2011 a 17/01/2012	235	1
SUBESTAÇÃO	Incêndio, Queda de Raio e Explosão / Danos Elétricos / Equipamentos Estacionários / Vendaval, Fumaça	23/12/2010 a 23/12/2011	6.687	44
VEÍCULOS MOTOCICLETAS	Casco / Danos Materiais / Danos Corporais / Morte / Invalidez Permanente / Equipamentos Casco / Danos Materiais	24/06/2010 a 24/06/2011	Valor Mercado Referenciado	34

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Até 31 de Dezembro de 2010, a Companhia não realizou nenhuma operação com derivativos, bem como não mantém operações financeiras objetivando a proteção dos riscos de perda com flutuações nas taxas de juros e de câmbios, tendo em vista a inexistência de empréstimos e financiamentos com taxas pós-fixadas e/ou vinculados à moeda estrangeira.

Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados para produzir a estimativa mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias pode ter um efeito material nos valores estimados.

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Composição de saldos

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 estão identificados a seguir:

Descrição	Saldo Contábil	Valor de Mercado (não auditado)
Disponibilidades	997	997
Aplicações Financeiras	3.641	3.641
Consumidores, concessionários e permissionários	9.033	9.033
Fornecedores e contas a pagar	(4.632)	(4.632)
Empréstimos e Financiamentos	(2.173)	(2.173)

Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

Disponibilidades e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidas em bancos têm seus Valores de mercado próximos aos saldos contábeis.

Contas a receber

O saldo de contas a receber tem seus valores de mercado próximos aos saldos Contábeis pela sua natureza de curto prazo.

Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser considerados como:

Risco de crédito

Esses riscos são administrados por normas específicas de aceitação de clientes análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente;

Concentração de risco de créditos

Como aproximadamente 2/3 das vendas de energia são efetuadas a um grande número de consumidores que representam mais de 90% de seu universo, o risco de crédito por esse fato se torna minimizado, além do acompanhamento das inadimplências verificadas nas diversas classes de consumidores, suspendendo seu fornecimento, decorrente de atrasos superiores aos regulamentares.

RESULTADO OPERACIONAL**4.34. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA**

Classes	Nº consumidores		Consumo em MWh		Valor – R\$ (mil)	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Residencial	35.341	34.121	62.539	59.380	20.308	18.073
Industrial	506	460	130.256	109.083	29.531	23.770
Comercial	2.680	2.725	29.740	28.145	8.428	7.360
Rural	1.389	1.280	6.432	5.681	1.202	984
Poder Público	203	204	3.964	2.728	1.133	768
Iluminação Pública	1	1	9.857	9.857	1.629	1.520
Serviço Público	36	37	4.488	4.357	968	864
Consumo Próprio	2	2	109	110	-	-
Subtotal	40.158	38.830	247.385	219.341	63.199	53.339
ICMS					24.916	20.002
Fornecimento Não Faturado					(163)	508
TOTAL	40.158	38.830	247.385	219.341	87.952	73.849

No decorrer de 2010, em função da reclassificação de Código de Atividades, ocorreram alterações na classe comercial que passaram para classe industrial.

4.35. OUTRAS RECEITAS

	2010	2009
Renda Prestação de Serviços	98	81
Serviço Taxado	364	310
Arrendamento e Aluguéis	668	327
Doações, Contribuições e Subvenções Vinculados ao Serviço Concedido	1.316	947
Receitas não operacionais	217	85
Outros	56	22
Total	2.719	1.772

4.36. QUOTA PARA RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO

	2010	2009
Quotas Recolhidas no Exercício	436	425
Total	436	425

4.37. PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIENTIZAÇÃO ENERGÉTICA

	2010	2009
Programa de Eficiência Energética	250	226
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	100	87
Fundo Nacional de Desenv. Científico e Tecnológico – FNDCT	100	87
Ministério de Minas e Energia – MME	50	36
Tesouro Nacional (*)	150	-
Total	650	436

(*) Conforme a Lei nº 12.111 de 09/12/2009 em seu artigo 6º, desde 1º de Janeiro de 2010, as concessionárias e as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, ficaram obrigadas a recolher novo encargo setorial ao Tesouro Nacional, calculado em 0,30% sobre a ROL – Receita Operacional Líquida, para fins de ressarcimento às Unidades da Federação que tiveram

perda de receita decorrente da queda de arrecadação de ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados na geração de energia elétrica, em virtude da interligação ao Sistema Interligado Nacional – SIM.

4.38. ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

	Em MWh		em R\$ (mil)	
	2010	2009	2010	2009
Copel – Compra de Energia				
Encargos do Uso da Rede Elétrica			28.196	24.081
Passivo Financeiro – Resolução 243/2006 e 663/2008 - Aneel	262.706	239.925	6.550	5.647
Proinfa	-	-	-	1.326
Conta Compensação Parcela A - CVA	-	-	1.223	857
Crédito COFINS/PASEP	-	-	(325)	(373)
			(3.316)	(3.000)
Total	236.503	236.503	32.328	28.538

4.39. OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

A composição dos custos e despesas operacionais em 2010 e 2009, são as seguintes:

Natureza	Custo de Bens e/ ou Serviços	Despesas com Vendas	Despesas Gerais Administrativas	Total Consolidado
Pessoal	3.166	1.291	2.123	6.580
Administradores	192	-	953	1.145
Material	442	65	112	619
Serviços de Terceiros	975	335	1.269	2.579
Depreciação e amortização	1.966	11	210	2.187
Taxa de Fiscalização	83	13	7	103
Arrendamento e Aluguéis	-	67	-	67
Seguros	67	4	10	81
Tributos	1	-	63	64
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	86	86
Provisões	-	6	6	12
(-) Recuperação de despesas	-	-	-45	-45
Outras despesas	-	-	86	86
Custo dos Serv.Prest.a terceiros	156	-	-	156
Indenização de Equipamentos	-	93	-	93
Despesas Não Operacionais	154	48	-	202
Soma	7.202	1.933	4.880	14.015

2009

Natureza	Custo de Bens e/ ou Serviços	Despesas com Vendas	Despesas Gerais Administrativas	Total Consolidado
Pessoal	2.899	1.073	2.149	6.121
Administradores	192	-	958	1.150
Material	441	50	91	582
Serviços de Terceiros	808	318	1.305	2.431
Depreciação e amortização	1.850	11	117	1.978
Taxa de Fiscalização	88	13	7	108
Arrendamento e Aluguéis	-4	63	2	61
Seguros	72	2	25	99
Tributos	-	-	183	183
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	217	217
Provisões	-	51	-40	11
(-) Recuperação de despesas	-	-	-42	-42
Outras despesas	1	-	73	74
Custo dos Serv.Prest.a terceiros	102	-	-	102
Indenização de Equipamentos	-	66	-	66
Despesas Não Operacionais	16	82	-	98
Soma	6.465	1.729	5.045	13.239

5. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

Em 1999 a Companhia implantou o programa de participação dos Empregados nos lucros ou resultados baseados em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecido com os mesmos.

A empresa constituiu provisão para pagamento de participações nos lucros do exercício de 2010, no valor de R\$ 381 mil, abaixo do montante máximo a ser pago, conforme consta no Art. 29, incisos V e VI, do Estatuto Social, estando este sujeito a aprovação da Assembléia Geral Ordinária.

6. RECONCILIAÇÃO DA PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2010	2009
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	3.656	1.487
Imposto de renda e contribuição social (34%)	1.243	506
Efeitos Fiscais Sobre:		
(-) Participação nos Resultados	(108)	(102)
(-) Incentivos Fiscais	(20)	(11)
(+) Depreciação e Baixa Complementar	5	7
(-) Provisão para Devedores Duvidosos e contingência e de participação societária	(2)	(48)
(+) Adições Temporárias	42	-
(+) Doações	29	73
(-) Outros	(38)	(24)
Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado	1.151	401

7. UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

Conforme Decreto nº 4.873, de 11 de Novembro de 2.003, foi instituído o Programa de Universalização – Luz para Todos, a ser realizado sem qualquer ônus aos consumidores.

Foram celebrados 4 (quatro) contratos junto a Eletrobrás para a realização das obras do Programa “Luz para Todos”, ou seja, 4 (quatro) etapas que deverão ser cumpridas, conforme discriminado no quadro abaixo:

	1ª etapa	2ª etapa	3ª etapa	4ª etapa	Total
	Contrato nº 063/04	Contrato nº 116/05	Contrato nº 182/07	Contrato nº 212/08	
Cocel	216	528	162	543	1.449
CDE	432	1.056	-	1.086	2.574
RGR	432	1.056	647	1.086	3.221
TOTAL	1.080	2.640	809	2.715	7.244

Sendo:

RGR – Reserva Global de Reversão – Recursos decorrentes de subvenção econômica. Financiada.

CDE – Conta de Desenvolvimento Energético – Subsidiada.

COCEL – Agente Executor – Recursos próprios.

Dos montantes de financiamentos previstos para serem aportados pela Eletrobrás no valor de R\$ 5.794 mil, a títulos de CDE e RGR, estão pendentes de liberação o valor de R\$ 1.738 mil, referente ao contrato 212/08 que está previsto para ocorrer em 2011/2012.

8. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADES

Todos os valores contidos no Balanço Patrimonial referem-se única e exclusivamente as atividades de Distribuição, tendo em vista que a concessionária é uma Companhia eminentemente distribuidora de energia, atendendo somente o município de Campo Largo, e ainda não possuindo nenhuma atividade atípica.

UDO SCHMIDT NETO
DIRETOR PRESIDENTE

EMIGDIO STOCO
DIRETOR ECONÔMICO FINANCEIRO

HEITOR OTÁVIO DE JESUS LOPES
DIRETOR JURÍDICO

GERSON OSMAR GABARDO
DIRETOR TÉCNICO

ACHILLES AMADEU MUNARETTO
DIRETOR ADMINISTRATIVO

LUCIANO MARCOS KLOS
CONTADOR / CRC/PR – 27.658/O-8

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Campolarguense de Energia- COCEL, dando cumprimento as disposições legais e estatutárias, além de terem acompanhado através de balancetes trimestrais a gestão econômico-financeira da referida empresa, examinaram as Demonstrações Contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Fluxo de Caixa, as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao ano de 2010, são de parecer que refletem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Companhia, bem como o resultado de suas operações, estando assim, tais documentos em condições de serem submetidos à apreciação e consequente aprovação pelos senhores Acionistas.

Campo Largo 10 de Março de 2011.

EDUARDO VICTOR DE SOUZA	SEBASTIÃO DO CARMO VIEIRA
MURILO WEBER	RUBIANE NEIZER
MARLIESE DALLAROSA	

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º- do Estatuto Social da Companhia e tendo como base os termos dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, decidem aprovar as Demonstrações Contábeis previstas no artigo 176 das sociedades por Ações, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, submetendo-os à deliberação final da Assembléia Geral.

Campo Largo 10 de Março de 2011.

SILVANA SALAMON	RUDSON WEBER DE SOUZA
JOÃO ANTONIO FELTRIN	EDSON LUIZ FIRSZT
JOÃO FRANCISCO IVANOSKI	CARLOS ALBERTO DE ANDRADE
JOEL CAMPESE CESÁRIO	MARCIO ISRAEL SARNIK
JUCIMARA PELIM	SOELI TEREZINHA GARRETT REINKE



Aos Administradores e Acionistas
 Companhia Campolarguense de Energia – COCEL
 Campo Largo - PR

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA

A Companhia ainda não realizou estudos para a determinação dos eventuais efeitos do reconhecimento dos ativos relacionados a concessão para a distribuição de energia, orientado pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 que alteraram a Lei nº 6.404/76, e pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e do Conselho Federal de Contabilidade, sendo assim, não nos foi possível concluir sobre esses possíveis efeitos do reconhecimento do ativo imobilizado, ativo intangível e ativo financeiro conforme determinado pelas práticas contábeis e orientações dos organismos supracitados.

OPINIÃO

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis ajustes que poderiam decorrer dos assuntos mencionados no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL em 31 de dezembro de 2010, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Curitiba, 12 de março de 2011.

Marcello Palamartchuk
 Sócio - contador
 CRC 1PR049.038/O-9
 BDO Auditores Independentes
 CRC 2SP013.439/O-5 "S" PR